**CARTAS DE LEITORES
GÊNERO DISCURSIVO PORTA-VOZ DE QUEIXA,
CRÍTICA E DENÚNCIA NO JORNAL *O DIA***

Solange Garrido da Costa (CPII)

INTRODUÇÃO

As cartas de leitores transformaram-se no termômetro que afere o grau de sucesso dos artigos publicados nos jornais, pois os leitores escrevem reagindo, positiva ou negativamente, ao que leram. Elas propiciam ainda que leitores interajam com o jornal dando a este uma idéia das expectativas daqueles em relação à linha editorial. Entretanto, as cartas de leitores constituem, sobretudo, um dispositivo eficaz de divulgação de problemas. Não é raro ouvirmos pessoas defenderem-se de serviços mal prestados ameaçando denunciar seus responsáveis ao “escrever para os jornais”.

A leitura deste tipo de carta em alguns jornais evidenciou que sua finalidade variava de acordo com o jornal. Tal fato estaria em harmonia com a linha editorial do jornal e atenderia às demandas de seu público alvo. As cartas de leitores publicadas no jornal *O DIA* foram escolhidas, já que este jornal é lido por uma ampla gama de pessoas de diferentes níveis de renda. Assim, estabelecemos como objetivos de nosso estudo:

- Identificar a(s) finalidade(s) das cartas de leitores enviadas para o jornal *O DIA*.
- Distinguir os elementos semiolinguísticos que caracterizam as cartas de leitores para o referido jornal.

O corpus da pesquisa consta de cartas de leitores para o jornal **O Dia**. As cartas foram coletadas na semana de 21 a 27 de abril de 2003, somando 78 exemplares. No item Anexo deste artigo estão incluídos um exemplar de cada tipo de carta e sua respectiva análise.

As cartas parecem ter sido escritas com a finalidade primordial de apresentar uma queixa, crítica ou denúncia. Enviadas por e-mail ou pelo correio, as cartas são publicadas no primeiro caderno do jornal (p. 6 ou 8). Elas constituem uma seção cuja apresentação varia

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

durante a semana. Às segundas-feiras, a seção é denominada *Cartas na Mesa* e nela predominam a denúncia e a crítica. Às segundas, quartas e sextas-feiras, há uma seção denominada *CLICK do Leitor* em que leitores enviam uma foto mostrando alguma irregularidade seguida de uma carta cujo teor é predominantemente de denúncia e crítica. Às terças, quintas e sábado, encontra-se a seção *Caixa Postal*. Nela aparece uma foto do autor da carta, uma carta em que predomina a crítica e são publicados dados do autor tais como nome, idade, profissão e bairro. Aos domingos, a seção chamada *Procuro Minha Família* publica uma foto da(s) pessoa(s) que procura(m) seus parentes e uma carta escrita pelo órgão que tenta ajudar a pessoa (por exemplo, Fia) ou por um jornalista (anônimo). Na carta consta um endereço ou telefone para contato.

CARTAS DE LEITORES: UM CONTRATO DE COMUNICAÇÃO

Patrick Charaudeau (1996) postula que todo ato de linguagem dá-se nos níveis situacional, comunicacional e discursivo. Este ato de linguagem caracteriza-se por constituir um contrato de comunicação em que atuam o sujeito (eu) comunicante e o sujeito (tu) interpretante no circuito interno, ou seja, nos níveis situacional e comunicacional. No nível discursivo, a saber, o círculo externo do ato de linguagem, atuam o sujeito (eu) enunciador e o sujeito (tu) destinatário. Tais sujeitos interagem numa encenação (“mise en scène”).

As cartas foram analisadas como quadros de cenas comunicativas em que o sujeito comunicante (os autores) divulga suas idéias a sujeitos interpretantes (os leitores do jornal) fechando assim o circuito externo do ato de linguagem. No nível discursivo da comunicação, os autores das cartas passam a ser o eu enunciador que confiaram ao jornal seus problemas e esperam obter uma solução com a divulgação de suas cartas aos leitores – tu destinatário. Nesta dimensão interna do ato de linguagem (circuito interno), então, atuam sujeitos discursivos que desfrutam de legitimidade e credibilidade para serem ouvidos.

Além dos níveis situacional e discursivo, o nível comunicacional do ato de comunicação das cartas foi analisado. Destacaram-

DEPARTAMENTO DE LETRAS

se os traços semiolinguísticos que caracterizaram as cartas com teor de queixa, crítica e denúncia, tais como, a organização sintática dos períodos, a adjetivação usada para qualificar substantivos que designaram ou contribuíram para a designação do mundo do qual se queixa, o qual se critica ou denuncia. Outros elementos linguísticos (pronomes, locuções pronominais, etc) foram ressaltados sempre que seu emprego corrobora os campos semânticos estudados.

Dominique Maingueneau (2002) complementa nosso arcabouço teórico com o conceito de cena englobante, cena genérica e cenografia do contrato midiático. A noção de ethos postulada pelo lingüista francês fundamenta a caracterização dos sujeitos, tanto no circuito interno com o no circuito externo de comunicação, das cartas de leitores.

Ao definir texto Maingueneau (2002: 85) afirma que “Um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é **encenada**.” Esta encenação pode ser analisada em três cenas: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia. Nos textos aqui estudados, a cena englobante refere-se a cartas e a cena genérica a cartas de leitores⁸. A cenografia compõe-se de sujeitos comunicantes incomodados por problemas diversos com graus variados de gravidade que as expõem a um público vasto e com o qual eles compartilham crenças e valores. Ao escolher este jornal para divulgar falhas, os sujeitos comunicantes acreditam que atingirão sujeitos interpretantes – leitores desse veículo de comunicação – que, direta ou indiretamente, atuarão na solução dos problemas. Assim, a queixa de um serviço mal prestado implica a diminuição ou inexistência de futuros clientes. A denúncia contra um órgão público traz desastrosas conseqüências não apenas administrativas, mas, sobretudo, políticas. A cenografia das cartas “legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia exigida para enunciar

⁸ Considerando-se as cartas de leitores um subgênero de cartas (Bezerra, 2002), espera-se que a linguagem usada aproxime-se da modalidade oral da língua, particularmente nas cartas para o jornal O DIA cujo público alvo não se restringe à classe média. Os traços de oralidade da língua foram ressaltados pela contribuição dada à caracterização do ethos dos sujeitos comunicantes, interpretantes e do editor das cartas que deve garantir a coerência entre as cartas e a linha editorial do jornal.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

como convém” (*op. cit.* p. 87,88). Os missivistas do jornal **O DIA** sabem que com o público de um outro jornal eles não poderiam contar para resolver seus problemas.

Portanto, nas cartas há a materialização da intenção discursiva dos seus autores e seu direito à palavra é garantido, pois são detentores do saber, do poder e do saber fazer (CHARAUDEAU, *op. cit.*).

O ETHOS DO QUERELANTE E DO QUERELADO INTERMEDIADO PELO EDITOR DO JORNAL

No contrato de comunicação ora analisado, os atores – autores de cartas e leitores do jornal – procedem “de um sujeito situado além texto” (MAINGUENEAU, 2002:95).

Por sua própria enunciação, as cartas de leitores do jornal *O DIA* encarnam “as propriedades comumente associadas” (*op. cit.* p. 96) a pessoas que são leitores do jornal; pertencem à classe social para a qual o jornal é primordialmente dirigido; e sentem-se impotentes diante de seus problemas e recorrem a este veículo para solicitar ajuda.

Os recursos semiolingüísticos utilizados para expressar suas queixas, críticas e denúncias aproximam-se do texto oral devido a pouca familiaridade com o registro escrito e mais formal da língua, conforme destacamos a seguir.

As cartas não apresentam “uma sintaxe elaborada usando a subordinação (ou hipotaxe); recorrem facilmente à justaposição de frases (parataxe), sem explicitar suas relações por meio das conjunções de coordenação ou de subordinação de sentido preciso.” (MAINGUENEAU, 2002:76).

A escolha de vocábulos mais usuais na modalidade oral da língua transpareceu em:

- O uso do verbo “colocar” ao invés de “pôr” (“...*colocando* as barbas de molho”)
- O uso do verbo “ter” ao invés de “haver” (“Tem gente...”)

O uso da partícula denotativa de realce “ora” iniciando o período: “Ora, querer convencer-nos que alugar 21 carros Santana zero-

DEPARTAMENTO DE LETRAS

quilômetro, um para cada vereador (dois recusaram), com rádio, CD, ar-condicionado, celular, combustível, motorista, tudo pago pelo contribuinte, é “medida de economia” é duvidar da nossa inteligência”. No nível do discurso, tem valor de marcador conversacional verbal usado pelo autor da carta (“o falante”) para orientar o ouvinte no início da unidade comunicativa (frase ao nível da gramática) (MARCUSCHI, 1986:68).

É importante destacar o papel do editor neste contrato. A ela cabe, obviamente, resguardar o ethos do jornal. Logo, supõe-se que haja uma edição das cartas para salvaguardar a correção do idioma. Além disso, “por razões de espaço físico da seção ou por direcionamento argumentativo (em prol da revista/jornal), podem ser resumidas, parafraseadas ou ter informações eliminadas” (BEZERRA, 2002:211). A interferência do editor está manifesta nas cartas. Elas variaram de um a três períodos de extensão, sendo que algumas que veicularam críticas chegaram a cinco períodos. Todas seguem o mesmo padrão de organização conforme apontado acima. Parece ter havido uma parceria: o missivista contribui com seu problema e o jornalista/editor garante que o mesmo seja expresso de forma clara, objetiva e rápida para que o público alvo do jornal não tenha dificuldade de interpretar a mensagem, como acontece com os artigos e reportagens do jornal. Segundo Bezerra (*op. cit.*). O “que acaba por configurar-se como uma carta com co-autoria: o leitor, de quem partiu o texto original, e o jornalista, que o reformulou.”

Quanto ao ethos do querelado, quer seja um indivíduo, como o prefeito do Rio de Janeiro, ou um grupo de indivíduos, como os vereadores de Macaé, ou ainda um órgão governamental como a CEDAE ou o INSS, ele configura-se como faltoso, negligente, fraudador. A voz que emana das cartas para caracterizar uma falta imputa ao querelado a responsabilidade por subestimar os querelantes, desrespeitá-los em seus direitos primordiais como cidadãos. Conseqüentemente, seus atos reprováveis devem ser expostos ao grande público para que a justiça seja feita.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

DIFERENCIANDO A QUEIXA, A CRÍTICA E A DENÚNCIA

O arcabouço teórico em que se fundamentou o presente estudo permitiu-nos delinear os níveis situacional, comunicacional e discursivo do ato de linguagem realizado nas cartas de leitores. A distinção entre cartas de queixa, crítica e denúncia, entretanto, requereu outros parâmetros.

Inicialmente pode-se observar que se estabelecia um contraste nas cartas. Este contraste manifestou-se entre o missivista e a pessoa ou órgão / instituição contra a qual ele se opunha. Como apenas o conflito não foi suficiente para caracterizar cada tipo de carta, outros critérios fizeram-se necessários a fim de minimizar o grau de subjetividade envolvido na interpretação deste tipo de texto. Destacaram-se:

- A gravidade da falha;
- O grau de envolvimento dos autores das cartas que se refletiu na escolha dos elementos semiolinguísticos e sua organização nas frases, como por exemplo:
 - o O uso de modalização;
 - o A topicalização para fins de ênfase;
 - o O emprego de tempos verbais, particularmente o presente do indicativo para indicar uma situação presente ou habitual em contraste com o pretérito perfeito para narrar as medidas tomadas pelos missivistas e as ações realizadas (ou não) pelo querelados;
 - o O uso predominante da parataxe muitas vezes criando um efeito catártico no texto;
 - o A utilização de perguntas a fim de chamar atenção dos interpretantes para a falta divulgada;
 - o O emprego de recursos lingüísticos/discursivos mais comumente presentes na modalidade oral da língua para fins de argumentação e maior proximidade com os interpretantes.

Finalmente, com base nos critérios listados acima, as cartas foram categorizadas como veiculando queixas, críticas e denúncias.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

Aquelas com teor de queixa e denúncia são mais bem caracterizadas num continuum em que as queixas mostram-se menos graves do que as denúncias. Quanto aos sujeitos comunicantes, as cartas de denúncia revelam um envolvimento mais profundo. As cartas de crítica expõem o julgamento de seus autores a respeito de fatos particularmente políticos em que os querelados parecem estar mais distanciados dos querelantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise semiolinguística das cartas de leitores publicadas no jornal *O DIA* provou serem estas um eficaz recurso de divulgação de falhas não resolvidas pelos trâmites regulares. A grande maioria das cartas publicadas no período em que foram coletadas veiculam dificuldades que classificamos em queixa, crítica e denúncia.

A categorização baseou-se no postulado formulado por Patrick Charadeau (1998) que todo ato de linguagem se realiza numa “mise en scène” em que atuam o sujeito comunicante e o sujeito interpretante nos níveis situacional e comunicacional. A estes dois sujeitos correspondem o eu enunciador e o tu destinatário que interagem no nível discursivo da linguagem. Assim, os missivistas (sujeitos comunicantes/eu enunciadores) que escreveram para este jornal sabem que estão dialogando com sujeitos interpretantes/tu destinatários com os quais compartilham conhecimentos e valores. Linguisticamente, este conhecimento compartilhado se manifesta no predomínio de uma organização sintática paratáxica; perguntas para atrair a atenção dos leitores, à semelhança do que ocorre numa interação face a face; vocábulos mais comumente usados na modalidade oral da língua; e uso de marcadores conversacionais. Cartas semelhantes enviadas a outros veículos da imprensa escrita não seriam tão eficazes.

O conceito de ethos, desenvolvido por Dominique Maingueneau (2002), revelou um contraste entre querelante e querelado. Nas cartas de queixa, os querelantes mostram-se impotentes diante de seus problemas, não obstante terem tomado as providências cabíveis para solucioná-los. Nas cartas de crítica, o sujeito comunicante apresenta sua reflexão sobre questões, em geral, de ordem política, e parece estar mais distanciado afetivamente do fato criticado do que o

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

sujeito comunicante das cartas de queixa e denúncia. Estas revelaram uma voz que emana para além do texto (MAINGUENEAU, 2002) impregnada de indignação e revolta contra a pessoa/instituição denunciada. O ethos do querelado manifesta-se nas cartas como negligente, fraudador, desrespeitoso.

A distinção entre os três tipos de cartas baseou-se no arcabouço teórico mencionado acima e no contraste estabelecido entre querelantes e querelados. Esta oposição foi ainda refinada considerando-se a gravidade da falha apresentada e, para minimizar o nível de subjetividade da análise, o grau de envolvimento dos missivistas com o problema. O maior ou menor envolvimento dos sujeitos comunicantes foi detectado através dos recursos semiolinguísticos enumerados a seguir.

A modalização expressa por adjetivos e locuções verbais progressivas e marcadores de atenuação foram usados para expressar o ponto de vista dos missivistas em relação ao fato denunciado ou contra o qual se queixa. Para fins de enfatizar do que estava se queixando, detectou-se a topicalização do tema. A voz passiva salientou a posição de vítimas dos querelantes em relação aos querelados. Os advérbios de modo e tempo expuseram a gravidade das falhas em que estas ocorreram. Em especial, o advérbio de frequência “jamais” foi repetido para provar a inocência de uma acusação feita pelo jornal. Os pronomes indefinidos (algum, alguma) e a locução pronominal indefinida (quem quer que) foram usados reiteradas vezes para este mesmo fim na carta mencionada. Os advérbios de intensidade também contribuíram para enfatizar atributos negativos e o de exclusão retratou uma situação insatisfatória. O contraste que caracteriza o eu comunicante como vítima e o querelado como algoz aparece, ainda, entre o adjetivo numeral indefinido (“única”) versus o pronome indefinido (“inúmeras”).

Ao contrário do que Gavazzi (mimeo) concluiu a respeito do emprego dos tempos verbais nas respostas a cartas de leitores, o presente do indicativo e o pretérito perfeito foram usados para descrever, respectivamente, ações habituais ou que estão acontecendo no momento e ações concluídas no passado. Enquanto aquele retrata a situação problema no presente, este enumera as medidas tomadas pelos missivistas para resolver seus problemas, mas que foram em vão.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

Em duas cartas, entretanto, o tempo verbal – futuro do pretérito – foi empregado para produzir um efeito de polidez. No primeiro caso, o verbo “deveria” pareceu atenuar a gravidade das medidas sugeridas pelo missivista. No segundo caso, o futuro do pretérito (“Gostaria”) para introduzir um apelo em que se evidencia a passividade da missivista diante do problema que, apesar das inúmeras tentativas, não consegue resolver.

Há uma forte coerência entre os vocábulos usados para designar e qualificar a queixa, a crítica e a denúncia e seus motivos. Como exemplos, temos “solução urgente”, “enormes transtornos”, “profundo descaso”, “a rua (está) simplesmente impraticável”, “confinados”, “fraude”, “crime”, “burla”, “estão enganando (o povo)”, “verdadeiro caos”, “extorquidos pelos flanelinhas”, “quadrilha”, “extorsão” etc.

A interferência do jornalista/editor das cartas de leitores ultrapassou a mera correção gramatical e/ou exclusão de informações irrelevantes. A análise semiolinguística evidenciou a re-escritura das cartas para enquadrá-las na moldura linguística do jornal.

A principal razão que leva sujeitos a expor problemas ao vasto público leitor do jornal **O DIA** é divulgar falhas. A escolha do referido jornal não é aleatória. Os sujeitos comunicantes sabem que através deste veículo eles atingirão sujeitos interpretantes com os quais compartilham crenças e valores e, caso os problemas não sejam resolvidos, suas cartas constituir-se-ão numa ameaça à face dos querelados. O contraste estabelecido entre querelante e querelado bem como o grau de envolvimento daquele com o problema relatado permitiram a classificação das cartas de leitores em carta de queixa, crítica e denúncia. Não se observaram diferenças semiolinguísticas entre as cartas enviadas por correio eletrônico e aquelas postadas no correio convencional.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

BIBLIOGRAFIA

AZEREDO, José Carlos. *Fundamentos de gramática do Português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CHARADEAU, Patrick. Para uma nova análise do discurso. **In:** CARNEIRO, Agostinho Dias. *O Discurso da Mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova gramática do Português contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEZERRA, Maria Auxiliadora. Por que cartas do leitor na sala de aula? **In:** DIONISIO, Angela Paiva et. al. *Gêneros Textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

GAVAZZI, Sigrid. *Respondendo aos leitores, com cortesia*. (mimeo)

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 2ª ed. [?,?,?]

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Análise da Conversação*. São Paulo, Ática; Cortez, 2002 [1986?].

ROSA, Margaret. *Marcadores de atenuação*. São Paulo: Contexto, 1992.

VILELA, Mário & KOCH, Ingedore V. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2001

ANEXO

Categoria 1 – QUEIXA

Bairro abandonado em Nova Iguaçu

Lamentável e revoltante a situação do bairro Gerard Danon, em Nova Iguaçu. Não temos água encanada e muito menos esgoto. Uma pequena parte do bairro é asfaltada, até mesmo o caminho do ônibus e da única escola pública é de barro. O que acontece é que nos dias de chuva o ônibus não passa devido à lama, onde inúmeras vezes atolou. Também há pouca iluminação pública.

Sheila Fialho dos Santos

Nova Iguaçu

A leitora inicia sua carta fazendo uma avaliação negativa do bairro Gerard Danon em Nova Iguaçu (“Lamentável e revoltante a situação do bairro Gerard Danon, em Nova Iguaçu”). A sua queixa é imediatamente evidenciada pela topicalização dos adjetivos “lamentável e revoltante” e eclipse do verbo de ligação “ser” modalizando certeza quanto ao fato enunciado. A seguir, numa seqüência de três períodos coordenados assindéticos, a razão da queixa é exposta.

A leitora relata a situação que motivou a queixa na primeira pessoa do plural e não explicita a quem a queixa se dirige, subentendendo-se, portanto, que a queixa seja contra a prefeitura. No relato das razões de sua queixa predominam verbos na forma negativa (“Não temos”, “não passa”); aqueles que estão conjugados na forma afirmativa, mas que nos remetem a uma situação negativa como “atolou” ou são seguidos de complementos que revelam a situação calamitosa do bairro como “há” e “pouca” (“Também há pouca iluminação pública”). Observa-se também a ênfase dada ao complemento de “Não temos” através da expressão “muito menos” (“Não temos água encanada e muito menos esgoto”). Ênfase é igualmente dada às precárias condições do bairro no que diz respeito ao asfaltamento de suas ruas. A extensão asfaltada do bairro é apenas “uma pequena parte”; o caminho do ônibus e da única escola pública merecia estar incluídos nesta pequena parte asfaltada e, no entanto, é enfaticamente descrito como sendo de barro através da expressão de inclusão “até mesmo”. A pobreza do lugar é ainda revelada pelo adjunto adnominal indefinido “única” para se referir à escola em contraste com o pronome indefinido “inúmeras” que quantifica as ocasiões em que o ônibus atolou, “instalar”, “abrir”, (não) “fechou”, (o tamanho da pista) “diminuiu”, (não) “toma” (providências). Os substantivos que

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

descrevem a queixa são “indignação”, “buracos” e (falta de) “providências”. O adjetivo “impraticável” enfatizado pelo advérbio “simplesmente” configura o estado calamitoso em que se encontra a rua devido aos buracos.

Categoria 2 – CRÍTICA

Providência contra os sonegadores

Eu não sou contra a Reforma da Previdência, mas sou contra o queijo suíço do INSS, pois milhões são roubados ou sonegados por grandes empresas (brechas da lei), e cobrar dos inativos é mais fácil do que cobrar dessas empresas. Isso é uma pena, porque os aposentados já foram tratados como vagabundos no outro Governo. Neste, são tratados como sonegadores ou vilões.

Cláudio Jacinto da Silva
Riachuelo

Na carta, o autor declara sua tese (“Eu não sou contra a Reforma da Previdência, mas sou contra o queijo suíço do INSS”) e, em seguida, aponta as razões de sua posição. Nesta justificativa observa-se um contraste entre um agente (o governo representado pelo INSS) e um paciente que envolve todos os inativos. Este embate é realizado através dos recursos lingüísticos descritos a seguir.

O agente, agora especificamente representado pelas empresas com o aval do governo (brechas da lei), rouba e sonega. Os pacientes – os inativos – serão cobrados, foram tratados como vagabundos pelo governo anterior e são considerados sonegadores ou vilões neste governo. A impunidade das empresas é reiterada pela modalização da voz passiva dos verbos (“milhões são roubados ou sonegados por grandes empresas”).

O autor estabelece seu contraponto (“Isso é uma pena, porque os aposentados já foram tratados como vagabundos no outro governo...”) criticando a inversão de valores decorrente da omissão do governo diante da sonegação por parte das grandes empresas e da injustiça cometida contra os aposentados. Esta idéia é introduzida pelo modalizador de opinião “É uma pena” e reforçada pelo uso do verbo tratar na voz passiva no passado (“foram tratados”), já que é de conhecimento de todos o sujeito desta ação no governo passado e no presente (“são tratados”), pois se pode inferir pelo teor da reforma

DEPARTAMENTO DE LETRAS

que se os aposentados contribuíssem para a Previdência, esta não estaria deficitária.

A crítica veiculada na carta fica evidenciada ainda pela escolha lexical. O INSS é um “queijo suíço”, queijo rico, caro, porém cheio de buracos como as brechas da lei que possibilitam a sonegação impunemente. Os verbos “roubar” e “sonegar”, presentificando as ações, descrevem as atividades de grandes empresas em contraste com os aposentados que recebem a adjetivação de “vagabundos”, “sonegadores” ou “vilões”.

Categoria 3 – DENÚNCIA

Revolta com atitude de donos de ônibus.

Estou revoltado com a atitude dos empresários de ônibus, que estão prejudicando deficientes, idosos e portadores de passe-livre. Eles estão exigindo que só ingressem nos ônibus pela porta da frente, sendo obrigados a ficar confinados num lugar que só dá para cinco pessoas. Os próprios motoristas informam que a ordem de não permitir a entrada pela porta traseira é da direção das empresas. Entretanto, não existe nenhum dispositivo legal que impeça esse acesso.

Ivan Machado
Cabo Frio

A carta veicula uma denúncia feita por um leitor na primeira pessoa do singular contra os empresários de ônibus (“Estou revoltado com a atitude dos empresários de ônibus, que estão prejudicando deficientes, idosos e portadores de passe-livre.”). Logo no início, delineia-se uma situação de conflito entre os empresários de ônibus e os passageiros idosos, deficientes e portadores de passe-livre. De um lado os empresários que “estão prejudicando deficientes, idosos e portadores de passe-livre”, que “estão exigindo que só ingressem nos ônibus pela porta da frente” e de outro esses passageiros que estão “sendo obrigados a ficar confinados num lugar que só dá para cinco pessoas”. Esse contraste é ressaltado pelas formas verbais usadas: a locução verbal progressiva (“estão prejudicando”, “estão exigindo”) modalizando tempo presente e permitindo que se visualize a cena descrita pelo verbo. As vítimas, por sua vez, são passivas, sujeitam-se à tirania dos empresários. O verbo que descreve tal situação é usado na voz passiva (“estão sendo obrigados”) cujo agente é desnecessário, embora seja explicado e reforçado pelo período a seguir

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

(“Os próprios motoristas informam que a ordem de não permitir a entrada pela porta traseira é da direção da empresa”). A gravidade da situação em que se encontram tais passageiros é denunciada ainda pela adjetivação usada: o leitor está “revoltado”, os passageiros são “obrigados”, ficam “confinados” além de deficientes e idosos que foram substantivados.

Os motoristas, que representam os empresários de ônibus de forma mais imediata, são eximidos da responsabilidade por tamanha crueldade quando o autor escreve que “Os próprios motoristas informam que a ordem de não permitir a entrada pela porta traseira é da direção das empresas”. Ao que ele contrapõe com o uso da conjunção adversativo “Entretanto” e a informação calcada em conhecimento jurídico para deixar ainda mais evidente a arbitrariedade da atitude dos empresários (“Entretanto, não existe nenhum dispositivo legal que impeça esse acesso.”).